

Demonstrações financeiras

PCH Fortuna II S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

PCH Fortuna II S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e aos Administradores da
PCH Fortuna II S.A.
Dores de Guanhões - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PCH Fortuna II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da PCH Fortuna II S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 19 de maio de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 03 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alexandre Dias Fernandes', is written over the printed name and title.

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O

PCH Fortuna II S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	487	642
Títulos e valores mobiliários	5	26.419	26.932
Concessionárias, permissionárias e clientes	6	1.828	1.406
Outros créditos	7	115	159
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		28.849	29.139
Tributos a recuperar		275	7
Títulos e valores mobiliários	5	1.044	1.113
Depósitos judiciais		230	241
Imobilizado	8	98.811	90.643
Intangível	9	1.207	1.222
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		101.567	93.226
TOTAL DO ATIVO		130.416	122.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores	10	441	1.514
Tributos a recolher		215	4.107
Financiamentos	11	2.784	2.757
Restituição Acionistas	12	23.284	
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		26.724	8.378
Tributos a recolher LP		389	389
Financiamentos LP	11	15.779	18.379
Parcelamento de tributos		267	293
Outros débitos		1.033	1.038
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		17.468	20.099
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital social		73.232	113.093
Reserva legal		650	-
Reserva de retenção de Lucros		12.342	-
Prejuízos acumulados		-	(19.205)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		86.224	93.888
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		130.416	122.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA LÍQUIDA	13	11.966	11.339
CUSTO DA OPERAÇÃO	14	(8.262)	(8.708)
LUCRO BRUTO		3.704	2.631
DESPESA DA OPERAÇÃO		12.128	6.579
Despesas gerais e administrativas	15	(722)	(339)
Outras despesas		-	(200)
Reversão de perda por redução ao valor recuperável	8	12.900	7.118
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		15.882	9.210
RESULTADO FINANCEIRO	16	1.167	18.845
Receitas financeiras		3.148	20.835
Despesas financeiras		(1.981)	(1.990)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CS		17.049	28.055
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(1.429)	(7.423)
LUCRO DO EXERCÍCIO		15.620	20.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro do exercício	15.620	20.632
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	15.620	20.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos mínimos não declarados	Reserva de lucros retidos	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	113.093	-	-	-	(39.837)	73.256
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.632	20.632
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	113.093	-	-	-	(19.205)	93.888
Redução de capital por absorção de prejuízos	(16.577)	-	-	-	16.577	-
Redução de capital	(23.284)	-	-	-	-	(23.284)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.620	15.620
Reserva legal	-	650	-	-	(650)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	3.086	-	(3.086)	-
Const. De reserva de lucros retidos	-	-	-	9.256	(9.256)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	73.232	650	3.086	9.256	-	86.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	310	20.829
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	10.874	29.892
Lucro do exercício	15.620	20.632
Reversão para redução ao valor recuperável dos ativos	(12.900)	(7.118)
Provisão para Contingências	-	(389)
Provisão para IRPJ e CSLL	1.429	7.423
Receitas financeiras	-	(831)
Baixas de ativo imobilizado	-	3.230
Depreciação do ativo imobilizado	4.931	4.884
Amortização do ativo intangível	57	166
Despesas com juros sobre financiamentos	1.737	1.895
Variações nos ativos e passivos	(10.564)	(9.063)
Tributos a recuperar	(268)	(2)
Deposito judicial	11	2
Concessionárias, permissionárias e clientes	(422)	(19)
Outros créditos	44	537
Fornecedores	(1.073)	(6.688)
Tributos a recolher	(3.815)	(3.510)
IRSL/CSLL pagos	(5.036)	-
Outros débitos	(5)	617
Outras receitas	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	341	(16.902)
Aquisições de bens de ativo imobilizado e intangível	(241)	-
Aquisições de bens do ativo intangível	-	-
Aplicações financeiras líquidas	582	(26.080)
Cessão de mútuo	-	-
Recebimento de mútuo	-	-
Baixa de Ativo recebido no processo de arbitragem	-	9.178
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos	(4.310)	(4.469)
Captação de financiamentos	-	-
Pagamento de juros sobre financiamento	(1.549)	(1.735)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-
Amortização de principal de financiamentos	(2.761)	(2.734)
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	(155)	(542)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	642	1.184
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	487	642
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(155)	(542)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PCH Fortuna II S.A. (“Companhia” ou “PCH Fortuna II”) é uma sociedade composta por ações de capital fechado, subsidiária integral da Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Fortuna II, situada no Rio Corrente Grande, Municípios de Guanhães e Virginópolis, estado de Minas Gerais. Em 21 de dezembro de 2001 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Fortuna II pela ANEEL, por meio da Resolução nº 601 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A. na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da usina é de 9,0 MW.

Através da Resolução Autorizativa nº 932, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Fortuna II, inicialmente outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A.

Através da Resolução Autorizativa nº 2.903, de 17 de maio de 2011, a ANEEL prorrogou o prazo para início das obras civis das estruturas para até 1º de julho de 2012, com início da operação comercial da primeira e segunda unidade geradoras para até 1º de setembro de 2013 e 1º de outubro de 2013, respectivamente.

As obras começaram efetivamente após a assinatura do Contrato de *Engineering, Procurement and Construction* (“EPC”) com o Consórcio Construtor PCHs Guanhães (“CCPG”) em setembro de 2012.

A Companhia possui contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado (“ACR”) devido a participação no 22º Leilão de energia ocorrida em 21 de agosto de 2015, cuja Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, garantindo o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”). A energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018.

O prazo inicial de autorização da Companhia conforme previsto Resolução ANEEL nº 601 é de 30 anos, com vencimento previsto para dezembro de 2031. Contudo, conforme previsto no art. 7º da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009, o empreendimento de geração de energia elétrica que vier a garantir em leilão o direito de firmar CCEAR terá o prazo de sua autorização prorrogada, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Por considerar válidas as prerrogativas que garantem a dilação da concessão até 2047, a Companhia protocolou junto a ANEEL, em 23 de agosto de 2021, pedido de reconsideração para que o cálculo de extensão da concessão já acatada pela Resolução Autorizativa nº 11.715/2022, seja aplicada sobre a extensão do prazo em função das datas de entrada em operação comercial ou extensão do prazo de forma coincidente as datas do leilão.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A PCH Fortuna II foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01, 02 e 03, através dos despachos nº 65, de 09 de janeiro de 2019, nº 563, de 23 de janeiro de 2019 e nº 1.433, de 23 de maio de 2019, e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa nº 3 – Principais políticas contábeis.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 03 de maio de 2024.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulantes.

2.5 Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Administração da Companhia prepara suas estimativas contábeis. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza envolvida no tema poderia levar a resultados que requeressem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Com base em premissas, a Administração da Companhia prepara suas estimativas contábeis. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza envolvida no tema poderia levar a resultados que requeressem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Assim, a preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:

- Vida útil do ativo imobilizado (nota 3.4);
- Teste de impairment (notas 3.13);
- Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas (notas 3.7.2);

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2.6 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.

3.2 Contas a receber

São mensuradas e registradas ao custo amortizado e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; não há ajustes de componente de financiamento relevante nos recebíveis, pois são liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, e, assim, representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3.3 Concessionárias e permissionárias

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”).

O saldo do contas a receber relacionado a concessionários e permissionárias está sujeito à análise de perdas de créditos esperadas conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

3.4 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente ou até o limite da autorização, dos dois, o menor, inclusive os terrenos. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 7.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

3.5 Ativo intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia.

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.7 Provisões

3.7.1 Geral

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.7.2 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8 Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3.8.1 Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

A receita de operações com venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando a o fornecimento de energia. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”).

Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente a geração de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base na geração contratada.

3.8.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.9 Fornecedores

O contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente acrescidas dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações.

3.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

3.11 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Companhia optou pelo regime de lucro presumido e o imposto de renda e a contribuição social do exercício considerando as seguintes taxas e bases:

- **Imposto de renda:** base de cálculo de 8% sobre a receita da bruta e, acrescidos da receita financeira, alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R\$60 do trimestre.
- **Contribuição social:** base de cálculo de 12% da receita e alíquota de 9%.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

3.12 Instrumentos financeiros

3.12.1 Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Passivos financeiros - Classificação, e mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia, de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia, avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3.14 Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores destas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido em Estatuto da Companhia.

3.15 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio
- um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Contas bancárias	487	642
Total	487	642

Os saldos em conta corrente referem-se a valores disponíveis para pagamentos das obrigações administrativas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o numerário disponível da Companhia não possuía remuneração.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	26.419	26.932
Certificados de depósitos bancários (CDB)	26.419	26.932
Não circulante	1.044	1.113
Conta reserva - BNDES	1.044	1.113
Total	27.463	28.045

Os títulos e valores mobiliários são representados por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado e correspondem a:

- (i) Aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. Em sua maioria são atrelados ao CDI.
- (ii) O saldo da “conta reserva - BNDES” está vinculado à garantia dos financiamentos do BNDES. Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento junto ao BNDES.

A remuneração média das aplicações é de 94% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 99,21% em 31 de dezembro de 2022.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

6. CONCESSIONÁRIAS, PERMISSONÁRIAS E CLIENTES

	31.12.2023	31.12.2022
Comercializadoras	1.828	1.406
Total	1.828	1.406

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui saldo a receber de R\$1.828 (R\$1.406 em 31 de dezembro de 2022) referente à venda de energia comercializada no leilão A-3. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 todos os saldos a receber encontravam-se a vencer.

7. OUTROS CRÉDITOS

	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	115	159
Outros créditos	115	159
Não circulante	275	7
Outros créditos	275	7
Total	390	166

O saldo deste grupo de contas é composto basicamente por adiantamentos realizados a fornecedores e outras contas como impostos a recuperar e seguros apropriar.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

8. IMOBILIZADO

	Saldos em 31.12.2021	Adições	Baixas	Depreciações	Transferência para serviços	Reversão para redução ao valor recuperável	Saldos em 31.12.2022	Adições	Depreciações	Reversão para redução ao valor recuperável	Saldos em 31.12.2023
IMOBILIZADO EM CURSO											
Terrenos	33	-	-	-	(33)	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	624	-	-	-	(624)	-	-	-	-	-	-
Edific. Obras civis e benfeitorias	5.353	-	(5.078)	-	(275)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	11.390	-	(7.220)	-	(4.128)	-	42	199	-	-	241
Total das Imobilizações em curso	17.400	-	(12.298)	-	(5.060)	-	42	199	-	-	241
SUBTOTAL EM CURSO	17.400	-	(12.298)	-	(5.060)	-	42	199	-	-	241
IMOBILIZADO EM SERVIÇO											
Terrenos	2.265	-	(41)	(80)	33	-	2.177	-	(103)	-	2.074
Reservatórios, barragens e adutoras	45.017	-	-	(1.947)	624	-	43.694	-	(2.062)	-	41.632
Edific. Obras civis e benfeitorias	29.679	-	-	(1.270)	275	-	28.684	-	(1.354)	-	27.330
Máquinas e equipamentos	26.473	-	(69)	(1.587)	4.128	-	28.945	-	(1.412)	-	27.533
Moveis e utensílios	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Total das Imobilizações em serviço	103.435	-	(110)	(4.884)	5.060	-	103.501	-	(4.931)	-	98.570
Provisão para redução ao valor recuperável	(20.018)	-	-	-	-	7.118	(12.900)	-	-	12.900	-
Total do Imobilizado	100.817	-	(12.408)	(4.884)	-	7.118	90.643	199	(4.931)	12.900	98.811

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A Companhia concluiu com as transferências dos ativos em curso para ativos em serviço em janeiro de 2019 e conforme determinações da ANEEL e iniciou as respectivas depreciações destes bens, ficando ainda em curso alguns não concluídos para futura imobilização. Em novembro de 2022, com finalização das pendências construtivas, fez-se necessário a revisão dos controles do Ativo Imobilizado em Curso - AIC e Imobilizado em Serviço – AIS.

Após análise de uma empresa especializada, foi realizada o levantamento e a transferência de bens em andamento para ativo em serviço no montante de R\$5.060.

Em 2022 ocorreram as baixas de adiantamentos que estavam no ativo em curso referente ao acordo da arbitragem realizado com antigo Consorcio Construtor da PCH (CCPG) no valor de R\$9.178, e demais baixas que totalizaram R\$12.408.

Em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram movimentações relevantes, mantendo assim, seus procedimentos normais regulamentados pela ANEEL.

Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Para fins de avaliação da recuperação dos ativos, a Administração atualizou o modelo de acompanhamento do retorno do projeto e o fluxo de caixa descontado com a melhor estimativa corrente para a análise do valor em uso do ativo. Como resultado desta análise realizada na data base de 31 de dezembro de 2023, foi apurada a necessidade de reversão do montante de R\$ 12.900 relativo as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em anteriores.

As perdas, substancialmente registradas em 2015 e 2017, totalizaram R\$54.474 e decorreram de várias incertezas e motivos, entre eles: i) as obras de implantação estavam totalmente paralisadas devido ao rompimento do contrato EPC; ii) dúvidas quanto a contratação de um novo EPCista; iii) indefinição da previsão de retomada das obras; iv) possíveis sobrecustos; e iv) desconhecimento do novo cronograma para conclusão das obras de implantação.

Desde então, sanadas todas as incertezas, com a conclusão do projeto e conseqüentemente o início da fase de operação comercial da PCH em 2018, os testes realizados ao final daquele exercício apontaram a necessidade de reversão e diante da melhora nas perspectivas de geração de caixa da Companhia, principalmente após sua participação com êxito na venda de energia no mercado regulado, e ultrapassada a fase inicial de operação conhecida como “curva da banheira”, os testes de impairment realizados ao final do exercício de 2023 e 2022, seguiram apontando necessidade de reversão do restante da provisão de perdas. Desta maneira, foi escriturada a reversão de R\$34.456 em 31 de dezembro de 2021, em 31 de dezembro de 2022 foi escriturada a reversão de R\$7.118 e o saldo remanescente de perdas ao valor recuperável do imobilizado de R\$12.900, foi totalmente revertido em 31 de dezembro de 2023.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A estimativa do valor em uso foi determinada utilizando uma taxa de desconto em termos nominais de 9,38% e considerou a média de entrega de megawatts pela Companhia; a qual possui capacidade máxima de produção de 9MWh.

9. INTANGÍVEL

	Saldos em 31.12.2021	Adições	Transferência para serviços	Amortização	Saldos em 31.12.2022	Adições	Transferência para serviços	Amortização	Saldos em 31.12.2023
INTANGÍVEL									
Servidões	700	5	(686)	-	19	42	(29)	-	32
Total Intangível em curso	700	5	(686)	-	19	42	(29)	-	32
INTANGÍVEL									
Servidões	688	41	686	(212)	1.203	-	29	(57)	1.175
Total Intangível em serviço	688	41	686	(212)	1.203	-	29	(57)	1.175
Total do Intangível	1.388	46	-	(212)	1.222	42	-	(57)	1.207

10. FORNECEDORES

	31.12.2023	31.12.2022
Compra de energia (a)	117	1.022
Matérias e serviços	179	419
Partes relacionadas (*)	145	73
Total	441	1.514

(*) Saldo referente aos valores a pagar das despesas administrativas e gastos com mão de obra de pessoal que são arcadas pela Guanhães Energia S.A.

- (a) Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, a Companhia recorre ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Em 2023 não houve necessidade de novas compras.

11. FINANCIAMENTOS

Decorre do saldo de financiamento do contrato firmado com o BNDES, cujos recursos foram utilizados para a construção da PCH, liberados em três subcréditos, conforme características descritas abaixo:

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Financiador	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Total do financiamento	Valor utilizado	Amortização do principal		
						Início	Forma de pagamento	Término
BNDES - Subcrédito A	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	29.000	29.000	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	10.400	10.368	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	12.02.2014	R\$	TJLP	400	395	set/15	Mensal	ago/30

Segue abaixo a movimentação do financiamento nos exercícios de 2023 e 2022:

	Circulante						Não Circulante					
	31.12.2023			31.12.2022			31.12.2023			31.12.2022		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Financiamento BNDES	2.450	334	2.784	2.491	266	2.757	13.886	1.893	15.779	19.365	1.771	21.136
Total	2.450	334	2.784	2.491	266	2.757	13.886	1.893	15.779	19.365	1.771	21.136

	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31.12.2021	21.833	1.877	23.710
Amortização de principal	(2.734)	-	(2.734)
Encargos, juros e correções	-	1.895	1.895
Encargos pagos	-	(1.735)	(1.735)
Saldo em 31.12.2022	19.099	2.037	21.136
Amortização de principal	(2.763)	-	(2.763)
Encargos, juros e correções	-	1.737	1.737
Encargos pagos	-	(1.547)	(1.547)
Saldo em 31.12.2023	16.336	2.227	18.563

As parcelas relativas ao principal do financiamento classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Moeda Nacional			
2023		2022	
2025	2.784	2024	2.757
2026	2.784	2025	2.757
2027	2.784	2026	2.757
Após 2027	10.211	Após 2026	10.108
Total	18.563	Total	18.379

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados a taxas de juros no curso normal de seus negócios. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 18.

Covenants

O contrato de financiamento com o BNDES está sujeito a cláusulas restritivas do saldo devedor de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem determinadas obrigações de praxe, como a apuração anual do índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,3. O não cumprimento deste indicador impossibilita o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio acima do limite mínimo legal, e pode implicar em aplicação de multa pelo BNDES. Não há evidências de quebra de covenants em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por recursos financeiros mantidos em conta corrente bancárias da instituição financeira cedente e por avais e fianças dos acionistas. A Administração declara estar adimplente em todas as obrigações contratuais durante os exercícios de 2022 e 2023.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$73.232 representados por 113.092.983 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado, pertencentes à Guanhães Energia, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação
ACIONISTA				
Guanhães Energia S.A.	113.092.983	100	113.092.983	100
Total Geral	113.092.983	100	113.092.983	100

Em 29 de agosto de 2023 foi aprovada a redução do capital social mediante a anuência do BNDES, a aprovação pelo órgão ocorreu em 29 de dezembro de 2023, pela Carta AEC/DEENE3 nº110/2023. A redução se deu por absorção de prejuízos na ordem de R\$16.577 e restituição aos acionistas na ordem de R\$23.284. Não houve redução na quantidade de ações.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a aplicação de 5% do lucro líquido ajustado do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº6.404/76, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu reserva legal sobre os lucros no montante de R\$650.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

Com base no § 4º do art. 202 da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, “Lei das S.A.”, a Companhia concluiu pela não declaração dos dividendos mínimos do exercício de 2023, e sua destinação será validada ao longo do exercício de 2024. Conforme ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, a Companhia constituiu reserva especial referente a tais dividendos que serão distribuídos tão logo sejam avaliados pelo Conselho de Administração.

13. RECEITA LÍQUIDA

	31.12.2023	31.12.2022
Suprimento de energia	12.419	11.769
(-) PIS e COFINS	(453)	(430)
Total	11.966	11.339

As receitas da Companhia são oriundas dos contratos de venda de energia celebrados no ambiente de contratação regulado (“ACR”), conforme participação ocorrida no 22º Leilão de Energia Nova promovido pela ANEEL em 21 de agosto de 2015.

Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, a Companhia recorre ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

14. CUSTOS OPERACIONAIS

	31.12.2023	31.12.2022
Compra de Energia elétrica (a)	(669)	(1.311)
Materiais	(91)	(52)
Serviço de terceiros	(1.941)	(1.700)
Encargos e taxas	(318)	(289)
Depreciação	(5.082)	(4.984)
Amortização	(57)	(212)
Outros custos	(104)	(160)
Total	(8.262)	(8.708)

(a) No decorrer do ano de 2023 o PLD (preço da liquidação da diferença) ficou em piso regulatório perfazendo uma média de 70,32, diferentemente dos anos anteriores que sofreram variações devido à crise Hídrica, demonstrando assim um custo de compras de energia menor em relação ao ano de 2022.

15. DESPESAS OPERACIONAIS

	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal e encargos	(200)	(193)
Administrativas	(55)	(25)
Serviço de terceiros	(467)	(121)
Total	(722)	(339)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2023	31.12.2022
RECEITAS		
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	3.145	831
Receitas financeiras com atualização do Processo arbitragem (a)	-	19.967
Outras receitas financeiras	3	37
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	3.148	20.835
DESPESAS FINANCEIRAS		
Despesas financeiras	(2)	(4)
Juros de financiamentos	(1.737)	(1.895)
Outras	(242)	(91)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(1.981)	(1.990)
RESULTADO FINANCEIRO	1.167	18.845

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

- (a) Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de receitas financeiras foi de R\$ 20.835, sendo que os valores de maior relevância foram de R\$ 30.168 proveniente da conclusão do processo arbitral contra o antigo Consórcio Construtor das PCHs de Guanhães (CCPG).

O valor recebido foi de R\$ 29.148 que após encontro de contas entre adiantamentos e fornecedores foram baixados do ativo o valor de R\$9.178 e R\$19.967 foi classificado em receitas financeiras por ser referente a correção monetária dos valores do processo.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2023	2022
Suprimento de Energia	12.419	11.769
Receitas financeiras	3.148	20.835
Base de cálculo IRPJ (8% Energia)	994	942
Base de cálculo receitas financeiras	3.148	20.835
Total da base IRPJ	4.142	21.777
IRPJ-15%	621	3.266
Adicional IRPJ- 10%	390	2.154
Total IRPJ	1.011	5.420
Base de cálculo CSLL (12% Energia)	1.490	1.412
Base de cálculo receitas financeiras	3.148	20.835
Total da base CSLL	4.638	22.247
CSLL - 9%	417	2.002
Imposto de renda e contribuição social	1.429	7.423

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro a seguir apresenta os principais valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

ATIVO	31.12.2023				31.12.2022	
	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de Caixa	-	Custo Amortizado	487	487	642	642
Aplicações financeiras e numerários restritos	2	VJR	27.463	27.463	28.045	28.045
Concessionárias, permissionárias e Clientes	-	Custo Amortizado	1.828	1.828	1.406	1.406
Total			29.778	29.778	30.093	30.093
PASSIVO						
Fornecedores	-	Custo Amortizado	441	441	1.514	1.514
Financiamentos	-	Custo Amortizado	18.563	26.123	21.136	21.136
Total			19.004	26.564	22.650	22.650

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo.

Composição das aplicações financeiras e dívidas atreladas à taxa de juros variável:

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	31.12.2023		31.12.2022	
	R\$	% da Aplicação	R\$	% da Aplicação
CDI	27.463	100%	28.045	100%
TJLP	18.563	-	21.136	-
Total	46.026	100%	49.181	100%

b) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos financiamentos da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período. A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2023. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 (em 31 de dezembro de 2023).
- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 31 de dezembro de 2023).

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	Provável Cenário (I)	Cenário (II) +25%	Cenário (III) +50%
ATIVOS FINANCEIROS		3.496	2.622	1.748
Títulos e valores mobiliários	CDI	3.496	2.622	1.748
PASSIVOS FINANCEIROS		(1.212)	(1.515)	(1.818)
Financiamentos - BNDES	TJLP	(1.212)	(1.515)	(1.818)
TOTAL		2.284	1.107	(70)
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
TJLP (Projetado para 31.12.2024)		6,53%	8,16%	9,80%
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (Projetado para 31.12.2024)		12,73%	9,55%	6,37%

c) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas originárias de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, por incapacidade destes em cumprirem com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em honrar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados são apresentados na nota explicativa 11.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (inclui juros):

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Instrumentos Financeiros Consolidados	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	1.218	3.866	13.203	8.830	27.117
Fornecedores	357	84	-	-	441

e) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a PCH, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado.

f) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	31.12.2023	31.12.2022
Financiamentos	18.563	21.136
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	487	642
(-) Aplicações financeiras e numerários restritos (nota 5)	27.463	28.045
Dívida Líquida (A)	(9.387)	(7.551)
Patrimônio Líquido (B)	86.224	93.888
Percentual de capital de terceiros (A ÷ (B+A))	-12%	-9%

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controle da Companhia:

A Companhia é controlada integralmente pela Guanhães Energia S.A., empresa que é de controle compartilhado entre Brasal Energia S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Segue o resumo das transações com partes relacionadas mantidas e ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Contratos com o mesmo grupo	Valor Original	Período de Vigência	Condições Contratuais	Condições de Rescisão ou Término	Passivo		Despesa	
					31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Fortuna II com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	1.568	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	280	254
Emissão de notas de débitos referente a reembolso despesas administrativas	145	2023	Notas de débitos	-	145	73	-	-

Contratos com o mesmo grupo	Valor Original	Período de Vigência	Condições Contratuais	Condições de Rescisão ou Término	Ativo		Receita	
					31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	4.276	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	11	-	198	-

Remuneração dos Administradores

Todos os administradores renunciaram a percepção de remuneração anual do exercício apresentado nessa demonstração financeira.

20. SEGUROS

A Companhia possui seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2023:

Seguro de riscos operacionais: cobre os danos causados à PCH, com um limite máximo de indenização combinado de danos materiais e lucros cessantes, incluindo, mas não limitado a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Seguro de responsabilidade civil e geral: objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguem abaixo os seguros vigentes em 2022:

Riscos	Data da vigência		Importância segurada	LMI
	De	Até		
Responsabilidade civil e geral	12/04/2023	12/04/2025	N/A	10.000
Risco operacional	30/11/2023	30/11/2024	62.986	111.584

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

21. CONTRATOS DE LONGO PRAZO PARA VENDA DE ENERGIA

A Companhia possui compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia Contratada Total (MW médio) (*)
2024	4,6
2025	4,6
2026	4,6
2027	4,6
2028 a 2047	4,6

(*) O montante de energia contratada não faz parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

Os compromissos de venda de energia da Companhia foram contratados conforme as regras do edital publicado pela ANEEL em 21 de julho de 2015.

22. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia possui processos judiciais de natureza civil e tributária para os quais a administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perdas são remotos, e por este motivo, nenhuma outra provisão foi constituída.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Ações de desapropriação

	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de processos	Valor total	Quantidade de processos	Valor total
Ações cíveis	2	230	3	241
Total	2	230	3	241

A PCH Fortuna II S.A. possui 02 (duas) ações de desapropriação em razão da necessidade de formação de área de preservação permanente (APP) e os valores da indenização aos atingidos não terem sido acordados amigavelmente. Os valores discutidos já se encontram depositados judicialmente, totalizando R\$230 em 31 de dezembro de 2023 e a Companhia figura no polo ativo da demanda.
